

III - DA CONCLUSÃO

Diante do informado, entende-se esta assessoria pela deve ser verificada se o não cumprimento da obrigação acessória de emissão da nota fiscal foi falha eventual ou se se constitui em verdadeiro *modus operandi* da empresa para se furtar do cumprimento de obrigações tributárias principais, de toda sorte, no caso em análise, apenas ter emitido a nota em 03/06/2024, ou seja, durante a sessão do pregão causa estranheza à esta acessoria, fazendo com que os documentos apresentados, possuam sua idoneidade questionável.

Ressalta-se que a opinião desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 7 de junho de 2024

Victor Valadares Beserra Figueiredo
Assessor de Nível Intermediário
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Mat. 63.162



Victor Valadares Beserra Figueiredo
Assessor de Nível Intermediário
Mat. 63.162



PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO
Pregão Eletrônico nº 90.031/2024
Processo Administrativo nº 1.615/2024

DECLARAÇÃO EM CONERNENTE AOS ITENS 19.1.7

SD Engenharia Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 05.351.320/0001-00, conforme solicitação em diligência ao Pregão Eletrônico nº 90031/2024, vem por meio deste documento informar que, a empresa Cone Engenharia e Construção Civil Ltda., inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob o nº 35.834.967/0001-53, possui sede localizada na Rua Senador Dantas, nº 07 – 10º andar / Parte – Centro – Rio de Janeiro-RJ, tendo para contato o telefone (21) 2220-6653, responsável administrativo Micheli Lauria e e-mail administrativo@coneeng.com.br.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2024.

VINICIUS ARAUJO DE SOUZA
DUTRA:11350567736
Assinado de forma digital por
VINICIUS ARAUJO DE SOUZA
DUTRA:11350567736
Dados: 2024.06.11 12:49:26
-03'00'

SD Engenharia Ltda.
CNPJ 05.351.320/0001-00
Vinícius Araújo de Souza Dutra
CPF: 113.505.677-36
Sócio administrador

SD ENGENHARIA LTDA
CNPJ: 05.351.320/0001-00 / Insc. Municipal: 0.628.023-4
21 2292-4204 / sdeng.com.br / administrativo@sdeng.com.br
R. Senador Dantas, 7 / 10º andar - Centro - RJ - CEP 20.031-202



Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

Diligência - Pregão Eletrônico nº 90.031/2024 - Prefeitura de Nova Friburgo - UASG 985867

3 mensagens

Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

11 de junho de 2024 às 15:03

Para: administrativo@coneeng.com.br

Boa tarde,

Venho por meio deste, solicitar informações complementares aos Atestados de Capacidade Técnica, Contratos de Prestação de Serviços e demais documentos em anexo, emitido pela empresa **CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA** e apresentado pela empresa licitante **SD ENGENHARIA LTDA**, como exigência de Qualificação Técnica no Pregão Eletrônico nº 90.031/2024 da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na forma que dispõe o subitem 29.11 do edital.

29.11. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado com os requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação

A fim de comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, solicitamos que a empresa esclareça os seguintes questionamentos:

1) Os atestados de Capacidade Técnicas (em anexo), referentes aos serviços prestados em: Local: Rua Carlos Wenceslau, s/n. Realengo - Rio de Janeiro - RJ, período de 14/11/2022 a 13/11/2023 no valor total de R\$ 1.248.000,00 e Local Ponte sobre o Rio Saracuruna, entre o Condomínio Industrial (CODIN) e a BR-040 - Xerém - Duque de Caxias, período de 13/03/2023 a 13/11/2023 no valor total de R\$ 504.000,00, são reconhecidos pela empresa ?

2) Os Contratos, recibos de pagamento e comprovante de depósito bancários(em anexo) são reconhecidos pela empresa?

2.1) Em caso positivo, os serviços contratados são referentes à terceirização de serviços prestados a órgão públicos? É possível o envio dos contratos administrativos?

2.2) Os respectivos contratos foram registrados em cartório com firma reconhecida? É possível o envio dos contratos com registro?

3) a empresa **SD ENGENHARIA LTDA** é frequentemente contratada pela empresa **CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**?

3.1) Em caso positivo, é comum a prestação de serviços contratados entre ambas as partes serem pagos sem a emissão de Nota Fiscal de Serviços, apenas com recibo de pagamento e comprovantes de depósitos bancários? Em caso negativo, o que ensejou a prestação dos referidos serviços sem a emissão de Nota Fiscal à época?

4) É de conhecimento da **CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, a Nota fiscal de nº 373 emitida em 03/06/2024 referente aos serviços contratados no período de 12/11/2022 a 31/05/2024, no valor total de R\$ 1.752.000,00?

Solicitamos, gentilmente, que os questionamentos sejam respondidos, preferencialmente, através de ofício, assinado pelo representante legal da empresa, enviados juntamente com cópia do documento de identificação e contrato social.

Desde já agradecemos a colaboração.

PRAZO PARA RESPOSTA 13/06/2024

FAVOR ACUSAR O RECEBIMENTO.






Atenciosamente

Jonathan P. Chaves

Pregoeiro - Comissão de Pregão II
Prefeitura de Nova Friburgo - RJ

Processo Nº: 16.433/24
Rubrica: 8
Fls: 54

5 anexos

-  **Atestado Cone Eng 002.pdf**
225K
-  **Nota Fiscal - SD ENGENHARIA LTDA.pdf**
40K
-  **Contrato e Comprovantes - Codin.pdf**
1011K
-  **Atestado Cone Eng 001.pdf**
312K
-  **Contrato e Comprovantes - PQ Realengo.pdf**
1255K

Coneeng - Administrativo <administrativo@coneeng.com.br>

13 de junho de 2024 às 17:51

Para: Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com>

Prezado, boa tarde!


Segue resposta para os questionamentos na Carta Cone 045-24.

Sem mais para o momento, nos colocamos à disposição para dirimirmos quaisquer dúvidas.

At.te.,






EVELYN EMERENCIANO
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

 (21) 99088-0125 (21) 2220-6653 | (21) 2220-3295 administrativo@coneeng.com.br

[Texto das mensagens anteriores oculto]

3 anexos

-  **CARTA CONE 045-24 - Diligência Friburgo - Assinada.pdf**
1087K
-  **Contrato Oficial Parque de Realengo x Cone Engenharia - ASSINADO.pdf**
6334K
-  **Contrato 032-2022 - Codin_compressed.pdf**
4809K


Comissão de Pregão 2 Prefeitura de Nova Friburgo <pregao2.novafriburgo@gmail.com> 14 de junho de 2024 às 10:24
Para: jonathanpchaves@gmail.com

[Texto das mensagens anteriores oculto]

3 anexos

 **CARTA CONE 045-24 - Diligência Friburgo - Assinada.pdf**
1087K

 **Contrato Oficial Parque de Realengo x Cone Engenharia - ASSINADO.pdf**
6334K

 **Contrato 032-2022 - Codin_compressed.pdf**
4809K

Processo Nº	16.433/24
Rubrica	8
Fls.	55



CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ: 35.834.967/0001-53

CARTA CONE 045/2024 - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Rio de Janeiro, 13 de junho de 2024

À Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Av. Alberto Braune, 225 - Centro, Nova Friburgo - RJ, 28613-001

A/C: Jonathan P. Chaves - Pregoeiro - Comissão de Pregão II

Ref.: Resposta as quesitações apresentadas através do e-mail.

Prezados Senhores,

CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.834.967/0001-53, com sede na rua Senador Dantas, nº 7, 10º andar, vem por meio deste apresentar resposta aos questionamentos recebidos em 11/06/2024.

1) Os atestados de Capacidade Técnicas (em anexo), referentes aos serviços prestados em: Local: Rua Carlos Wenceslau, s/n. Realengo - Rio de Janeiro - RJ, período de 14/11/2022 a 13/11/2023 no valor total de R\$ 1.248.000,00 e Local Ponte sobre o Rio Saracuruna, entre o Condomínio Industrial (CODIN) e a BR-040 - Xerém - Duque de Caxias, período de 13/03/2023 a 13/11/2023 no valor total de R\$ 504.000,00, são reconhecidos pela empresa?

Resposta: Sim. A SD Engenharia atuou nestas localidades como prestador de serviços, locando equipamentos e fornecendo mão de obra especializada para diversas atividades.

2) Os Contratos, recibos de pagamento e comprovante de depósito bancários (em anexo) são reconhecidos pela empresa?

Resposta: Sim os contratos de prestação de serviços e os depósitos são reconhecidos pela empresa.



CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ: 35.834.967/0001-53

2.1) Em caso positivo, os serviços contratados são referentes à terceirização de serviços prestados a órgão públicos? É possível o envio dos contratos administrativos?

Resposta: Em anexo seguem os contratos administrativos solicitados.

2.2) Os respectivos contratos foram registrados em cartório com firma reconhecida? É possível o envio dos contratos com registro?

Resposta: Os contratos administrativos (cópias em anexo) estão disponíveis nos devidos portais dos órgãos contratantes.

3) a empresa SD ENGENHARIA LTDA é frequentemente contratada pela empresa CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA?

Resposta: A empresa Cone Engenharia e Construção Civil Ltda., atua com diversas empresas em parceria, sendo a empresa SD Engenharia Ltda., uma parceira de grande confiabilidade, com a qual mantemos estrito relacionamento baseado na confiança mútua, respeito e ética profissional.

3.1) Em caso positivo, é comum a prestação de serviços contratados entre ambas as partes serem pagos sem a emissão de Nota Fiscal de Serviços, apenas com recibo de pagamento e comprovantes de depósitos bancários? Em caso negativo, o que ensejou a prestação dos referidos serviços sem a emissão de Nota Fiscal à época?

Resposta: É de conhecimento amplo que a emissão da Nota Fiscal, na ocasião de sua Emissão, gera a imediata necessidade do pagamento de impostos. Em decorrência de algumas dificuldades ocasionadas pela paralisação e atrasos de pagamentos referentes a obra de Construção do Viaduto entre o Condomínio Industrial (CODIN) e a BR-040, a CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, titular do contrato, baseada na relação de confiança e respeito existente entre as duas empresas, comunicou que não poderia integralizar os valores referentes aos serviços prestados. A SD ENGENHARIA LTDA, por sua vez, ciente da dificuldade financeira momentânea da empresa parceira, informou que só faria a emissão do devido documento fiscal após a integralização dos pagamentos, o que foi aceito e cumprido entre as partes, até surgir a necessidade de apresentação de documentos que referendassem a experiência da empresa para adjudicação no presente certame. Como a comprovação do fornecimento deveria ser comprovada por meio de Nota Fiscal, a SD



CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA
CNPJ: 35.834.967/0001-53

ENGENHARIA LTDA comunicou a CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA que faria a emissão do documento fiscal com intuito de comprovar sua plena capacidade técnica para cumprir o objeto do Pregão Eletrônico 90.031/2024 da Prefeitura de Nova Friburgo.

4) É de conhecimento da CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, a Nota fiscal de nº 373 emitida em 03/06/2024 referente aos serviços contratados no período de 12/11/2022 a 31/05/2024, no valor total de R\$ 1.752.000,00?

Resposta: Sim, conforme explicitado no item 3.1.

Sem mais para o momento nos despedimos e nos colocamos a disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

Michael Laura Pinto

Cone Engenharia e Construção Civil Ltda.

Michael Laura Pinto
Gerente Administrativo

Instrumento Contratual N° 81/2022

Termo de Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, por meio da **FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS** como CONTRATANTE, e a Empresa **CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, como CONTRATADA, para a execução de obras, na forma abaixo.

Ao 01 dia do mês de setembro do ano de 2022, na Praça da República, s/n – Campo de Santana, Centro, Rio de Janeiro, a **FUNDAÇÃO PARQUES E JARDINS**, a seguir denominado CONTRATANTE, representado pelo presidente **Sr. ROBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA**, consoante delegação do Decreto “P” n° 357, de 08/06/2022, portador da cédula de identidade n° 089488001 IFPRJ, inscrito no CPF sob n° 011.658.917-51 e a empresa **CONE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**, estabelecida na Rua Senador Dantas, n°07 – 10° andar, Centro – Rio de Janeiro, CEP: 20.031-202, neste ato representado por **CLÉZIO THADEU DE SOUZA DUTRA**, Carteira de identidade n°54089-D, expedida pelo CREA/RJ e CPF: n°420.672.947-68, têm justo e acordado o presente Contrato, que é celebrado em decorrência do resultado da CONCORRÊNCIA PÚBLICA-CO/ FPJ N° 001/2022, realizada por meio do processo administrativo 14/300.105/2022, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente Contrato se rege por toda a legislação aplicável à espécie, que desde já se entende como integrante do presente termo, especialmente pelas normas de caráter geral da Lei Federal n° 8.666/93, pela Lei Complementar Federal n° 123/06 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, pela Lei Complementar Federal n° 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal, pelo Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei Federal n° 8.078/90 e suas alterações, pelo Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Município do Rio de Janeiro – CAF, instituído pela Lei n° 207/80, e suas alterações, ratificadas pela Lei Complementar n° 1/90, pelo Regulamento Geral do Código supra citado – RGCAF, aprovado pelo Decreto Municipal n° 3.221/81, e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal n° 111/11 – Plano Diretor e de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, pela Lei Complementar Municipal n° 150/15, pela Lei Municipal n° 2.816/99, e pelos Decretos Municipais n° 17.907/99, 19.810/01, 21.083/02, 21.253/02, 21.682/02, 22.136/02, 23.103/03, 25.240/05, 27.078/06, 27.715/07, 31.349/09, 31.886/10 e 33.971/11, com suas alterações posteriores, bem como pelos preceitos de Direito Público, pelas regras constantes do Edital e de seus Anexos, pela Proposta da CONTRATADA e pelas disposições deste Contrato. A CONTRATADA declara conhecer todas essas normas e concorda em se sujeitar às suas estipulações, sistema de penalidades e demais regras delas constantes, ainda que não expressamente transcritas neste instrumento, incondicional e irrestritamente.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

O objeto do presente Contrato é a execução das obras de **“IMPLANTAÇÃO DO PARQUE REALENGO – XXXIII RA – AP5 – REALENGO”** conforme as especificações constantes do Termo de Referência, sob regime de empreitada por Menor Preço Global, de fls. do processo n° 14/300.105/2022.

Parágrafo Primeiro – As obras e/ou serviços serão executados com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais e especiais, contidos no processo administrativo n° 14/300.105/2022, no Termo de Referência, no Orçamento, no Cronograma Físico-Financeiro, em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE, bem como nas normas técnicas para a execução e conservação das obras ou serviços.

Parágrafo Segundo – A cada alteração contratual, por acréscimo ou redução do objeto, valor ou prazo do Contrato, observado o limite legal estabelecido nos §§ 1º e 2º do art. 65 da Lei Federal n° 8.666/93, será acordado novo Cronograma, atendido o interesse da FPJ.

Handwritten signatures and initials:
- A large signature on the right side of the page.
- Initials "JP" and "8" at the bottom right.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR

O valor total do presente Contrato é de R\$ 72.128.537,17 (Setenta e dois milhões, cento e vinte e oito mil, quinhentos e trinta e sete reais e dezessete centavos) cuja composição encontra-se especificada na Planilha de Quantitativos e Custos Unitários (Orçamento), às fls 3277. do processo administrativo nº 14/300.105/2022.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as etapas estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro (Anexo IV), observada a obrigatoriedade da reserva do percentual de 10% (dez por cento) do valor do Contrato ou da Nota de Empenho para a última etapa, e obedecido o sistema de medições adotado pelo Edital.

Parágrafo Primeiro – Os pagamentos deverão ser efetuados após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal nº 4.320/64, observado o disposto no art. 73 da Lei Federal nº 8.666/93.

Parágrafo Segundo – O documento de cobrança será apresentado à Fiscalização, para atestação, e, após, protocolado na FPJ.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança, o comprovante de recolhimento do FGTS e INSS de todos os empregados atuantes na obra, assim como Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo válida e declaração de regularidade trabalhista, na forma do Anexo XII.

Parágrafo Quarto – O prazo para pagamento será de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo do documento de cobrança na FPJ.

Parágrafo Quinto – No caso de erro nos documentos de cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, da reapresentação válida desses documentos.

Parágrafo Sexto – O valor dos pagamentos eventualmente efetuados com atraso, desde que não decorra de fato ou ato imputável à CONTRATADA, sofrerá a incidência de juros calculados de acordo com a variação da Taxa Selic, pro rata die entre o 31º (trigésimo primeiro) dia da data do protocolo do documento de cobrança na FPJ e a data do efetivo pagamento, limitado ao percentual de 12% (doze por cento) ao ano.

Parágrafo Sétimo – O valor dos pagamentos eventualmente antecipados será descontada taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculada pro rata die entre o dia do pagamento e o 30º (trigésimo) dia da data do protocolo do documento de cobrança na FPJ.

Parágrafo Oitavo – O pagamento será efetuado à CONTRATADA através de crédito em conta corrente aberta em banco a ser indicado pelo CONTRATANTE, a qual deverá ser cadastrada junto à Coordenação do Tesouro Municipal.

Parágrafo Nono – Será retida a título de garantia da perfeita execução e funcionamento das obras, de preferência a conta da fatura final, parcela igual a 10% do valor do Contrato ou da Nota de Empenho, não devendo, consequentemente, a última fatura ser inferior a esta última percentagem, conforme dispõe o art. 463 do RGCAF.

Parágrafo Décimo – A garantia suplementar, constituída pelas retenções sobre as faturas, será liberada logo após a aceitação provisória das obras ou a prestação definitiva dos serviços, quando for o caso.

Parágrafo Décimo Primeiro – Os pagamentos referentes às parcelas subcontratadas pela CONTRATADA com as microempresas e empresas de pequeno porte por ela indicadas serão efetuados diretamente às subcontratadas

